



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

JOÃO GABRIEL HEILBUTH SILVESTRE

**O MODELO AGROEXPORTADOR BRASILEIRO:
A EXPERIÊNCIA DO DESCOBRIMENTO AO SÉCULO XXI**

Uberlândia, MG

2022

JOÃO GABRIEL HEILBUTH SILVESTRE

**O MODELO AGROEXPORTADOR BRASILEIRO:
A EXPERIÊNCIA DO DESCOBRIMENTO AO SÉCULO XXI**

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Ciências Econômicas do Instituto de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Dr. Filipe Prado Macedo da Silva

Uberlândia, MG

2022

TERMO DE APROVAÇÃO

JOÃO GABRIEL HEILBUTH SILVESTRE

**O MODELO AGROEXPORTADOR BRASILEIRO:
A EXPERIÊNCIA DO DESCOBRIMENTO AO SÉCULO XXI**

**Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de
Bacharel em Ciências Econômicas, Universidade Federal de
Uberlândia (UFU), pela seguinte banca examinadora:**

Filipe Prado Macedo da Silva - Orientador _____

Doutor em Economia - Universidade Federal de Uberlândia (UFU).

Universidade Federal de Uberlândia (UFU)

Clésio Marcelino de Jesus _____

Doutor em Economia - Universidade Federal de Uberlândia (UFU).

Universidade Federal de Uberlândia (UFU)

Bruno Benzaquen Perosa _____

Doutor em Economia de Empresas - Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Universidade Federal de Uberlândia (UFU)

Uberlândia, 01 de abril de 2022.

SUMÁRIO

RESUMO	05
INTRODUÇÃO	05
1 UMA SÍNTESE DO MODELO AGROEXPORTADOR	07
2 DO DESCOBRIMENTO AO SÉCULO XX: A ORIGEM E A CONSOLIDAÇÃO DO MODELO AGROEXPORTADOR BRASILEIRO	11
3 A MANUTENÇÃO DO MODELO AGROEXPORTADOR NO SÉCULO XX E NAS PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XXI	14
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	21
REFERÊNCIAS	22

O MODELO AGROEXPORTADOR BRASILEIRO: A EXPERIÊNCIA DO DESCOBRIMENTO AO SÉCULO XXI¹

João Gabriel Heilbuth Silvestre

Orientador: Prof. Dr. Filipe Prado Macedo da Silva

Resumo

Este artigo tem como objeto de estudo o modelo agroexportador brasileiro, que tem sua origem no período colonial e perdura até os dias atuais. É, neste contexto, que surge o problema deste artigo: será que o Brasil sempre adotou, ao longo de sua história econômica, o modelo agroexportador como vetor de desenvolvimento e crescimento econômico? Para responder a tal pergunta, o objetivo geral é recuperar a pauta exportadora brasileira desde 1500 até 2021, comparando a participação dos produtos primários com os produtos industrializados. Usando pesquisa bibliográfica e dados estatísticos secundários concluímos que durante 419 anos da história econômica brasileira, o modelo agroexportador dominou sem rivais.

Palavras-chave: *Agroexportação; Economia Brasileira; Economia Internacional*

INTRODUÇÃO

Este artigo tem como *objeto* de estudo o modelo agroexportador brasileiro. A origem deste modelo refere-se ao período colonial brasileiro, em que os colonizadores portugueses obrigaram *politicamente* o país a exportar produtos primários ou básicos. Recentemente, já no Brasil independente do século XX e XXI, a manutenção do modelo agroexportador consolidou *politicamente e economicamente* uma lógica de desenvolvimento e crescimento econômico. O Brasil, neste momento, ratificou a sua posição global de grande fornecedor de *commodities* minerais e agropecuárias, especialmente, grãos, petróleo bruto, minério de ferro e carnes. Nos últimos quatro anos, no contexto do atual governo e no cenário pandêmico, o país alcançou o pico histórico de cerca de 70% de exportações de produtos primários ou básicos.

Teoricamente, o modelo agroexportador ganhou destaque na literatura acadêmica a partir dos estudos da historiografia econômica. A ideia primitiva do modelo agroexportador já

¹ Artigo elaborado como avaliação parcial da Graduação em Ciências Econômicas da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), para obtenção do título de *Bacharel*.

estava presente nos escritos de David Ricardo, no século XIX, em sua teoria das vantagens comparativas. Atualmente, os relatórios das Organizações das Nações Unidas (ONU) revelam que o modelo agroexportador é quando um país tem pelo menos 60% de suas exportações baseadas em mercadorias primárias ou básicas, sem qualquer tipo de processamento. Em outras palavras, o modelo agroexportador inclui a *dinamização* da economia a partir da agricultura, pecuária e extrativismo animal, vegetal e mineral.

É, neste contexto, que surge o **problema** deste artigo: será que o Brasil sempre adotou, ao longo de sua história econômica, o modelo agroexportador como vetor de desenvolvimento e crescimento econômico? Para responder a tal pergunta, este artigo tem como **objetivo geral** recuperar a pauta exportadora brasileira desde 1500 até 2021, comparando a participação dos produtos primários ou básicos com os produtos semimanufaturados e manufaturados. Assim, para atingir tal **objetivo geral**, estabelecemos alguns **objetivos específicos**, a saber:

- a) analisar as questões teóricas do modelo agroexportador;
- b) revisar os dados de exportação do período do Brasil colonial;
- c) confirmar se o modelo agroexportador brasileiro ainda é dominante.

A **hipótese** é de que a economia brasileira desde o descobrimento - em 1500 - nunca abandonou o modelo agroexportador. Esse “enraizamento” revela a herança histórica e ainda a lógica política e econômica de que a “vocação natural” do Brasil são os recursos agropecuários e minerais. Neste sentido, a noção de que tal modelo agroexportador domina o crescimento e o desenvolvimento nacional é real, validada por autoridades, acadêmicos e pesquisadores, e sustenta um conjunto amplo de argumentos e reflexões na literatura econômica nacional. Além do mais, o debate atual da *reprimarização* e da *desindustrialização* ratificam o “sentimento histórico” de que o país segue agroexportador na sua essência.

Para elaborar este artigo, utilizamos o **procedimento metodológico** da revisão e da pesquisa bibliográfica. Na seção teórica, realizamos uma síntese conceitual a partir de livros, artigos científicos e documentos internacionais que abordam a temática e estão disponíveis na comunidade acadêmica. Em relação aos dados estatísticos secundários, consultamos um acervo de documentos e informações oficiais e de jornais especializados em dados econômicos. Além disso, recorreremos aos clássicos da literatura brasileira sobre história econômica para obtermos os dados estatísticos das exportações entre 1500 e 1900. É importante frisar que as estatísticas das exportações e os documentos técnicos usados originam-se, fundamentalmente, de órgãos governamentais.

Para facilitar a leitura, dividimos o artigo em quatro partes, além desta introdução. Na primeira seção, apresentamos algumas reflexões acerca do modelo agroexportador do ponto de vista teórico - levando em consideração perspectivas históricas e atuais. Na segunda seção, recuperamos a origem e a consolidação do modelo agroexportador brasileiro, partindo dos anos 1500, quando ocorreu o descobrimento das terras brasileiras, até o ciclo do café, no início dos anos 1900. Na terceira seção, buscamos recuperar dados e informações sobre a manutenção do modelo agroexportador brasileiro ao longo do século XX e, especialmente, nos primeiros anos do século XXI (até 2021). Por fim, apresentamos algumas considerações, fazendo um balanço do modelo agroexportador brasileiro, e algumas saídas deste modelo.

1 UMA SÍNTESE DO MODELO AGROEXPORTADOR

O modelo agroexportador ganhou destaque na literatura acadêmica a partir dos estudos da historiografia econômica. A definição teórica do que é o modelo agroexportador não está tão explícito na literatura; porém, na prática, quando analisada em perspectiva comparativa com a industrialização é possível entender como é formado tal modelo de desenvolvimento. A ideia primitiva sobre o modelo agroexportador já estava presente nos escritos de David Ricardo, no século XIX, em sua famosa teoria das vantagens comparativas. Quando Ricardo sugeriu que Portugal deveria se especializar na produção de vinho (produto agroindustrial ou primário) e a Inglaterra na produção de têxteis (produto industrial ou secundário), ele lançou as bases para a compreensão do que seria o modelo agroexportador (RICARDO, 1982).

Neste sentido, o modelo agroexportador ficou mais evidente quando a Europa ocupou as Américas e, a partir de uma lógica “metrópole-colônia”, condicionou o (novo) continente à produção de produtos primários para a exportação. Isso ocorreu com as colônias portuguesas, espanholas, francesas, holandesas e inglesas. Enquanto as metrópoles se industrializavam (no *curso* da Revolução Industrial) e exportavam produtos industriais, as colônias americanas se especializavam em produtos primários. Daí, observa-se que a ideia de desenvolvimento sob a lógica do modelo agroexportador condicionou prioritariamente os países periféricos, ficando os países centrais do capitalismo (daquela época e, igualmente, de hoje) destinados ao modelo industrial (em vigor).

Assim sendo, o modelo agroexportador inclui a *dinamização* da economia a partir da agricultura, pecuária e extrativismo animal, vegetal e mineral. Os produtos provenientes destas atividades econômicas permanecem *in natura* ou passam por um pré-processamento para, em seguida, serem transacionados com o exterior. Isto revela duas características fundamentais do

modelo agroexportador: 1º) os produtos *não* passam pela etapa da agroindustrialização ou da industrialização (que é o caso dos minerais); e, 2º) os produtos *não* são destinados ao mercado doméstico. Toda a dinâmica e a lógica de funcionamento do modelo agroexportador atende aos intermediários (indústrias, atacadistas e varejistas) e aos consumidores estrangeiros, incluindo as características culturais e os desejos de consumo do mercado final.

O fato é que o modelo agroexportador *não* depende da dinâmica da economia local, nem dos interesses e dos desejos dos consumidores locais. Assim sendo, tudo gira em torno da demanda estrangeira. Na prática, a lógica operacional da atividade agroexportadora baseia-se, portanto, em produtos primários *tradable* (negociáveis) e valorizados no mercado externo. Não são quaisquer produtos primários que fazem parte de um modelo agroexportador. Em geral, os produtos primários “agroexportáveis” são aqueles que tornam-se *commodities* e formam seus preços em Bolsas de Mercadorias e Futuros no estrangeiro. Atualmente, por exemplo, a soja brasileira que é o principal produto exportado pelo país tem o seu preço formado na Bolsa de Chicago, nos Estados Unidos.

A partir dos anos 1990, o processo contemporâneo de globalização e a disseminação da estratégia neoliberal redefiniram os propósitos do modelo agroexportador. Entretanto, o princípio *ricardiano* da vantagem comparativa permaneceu intocável, principalmente, para os países pobres e em desenvolvimento, que passaram a explorar “as vantagens comparativas da mão-de-obra e da terra relativamente baratas” (BROHMAN, 1996, p. 1-2). Enquanto isso, os propósitos do modelo agroexportador mudaram, no sentido de que a estratégia não é apenas usada para a integração e o abastecimento comercial dos países desenvolvidos, mas igualmente utilizada para atração de capitais estrangeiros por meio de projetos de infraestrutura e outros programas destinados a proporcionar um ambiente lucrativo e estável para os investimentos.

Na prática, o modelo agroexportador do século XXI é muito mais do que comercializar produtos primários com países estrangeiros. É também uma estratégia de desenvolvimento e, especialmente, de crescimento econômico. Segundo Brohman (1996, p. 2), as economias mais pobres e menores apostam no crescimento do setor agroexportador como oportunidade crítica para *atrair* capital de investimento (estrangeiro), *criar* uma balança comercial positiva gerando estabilidade macroeconômica e *expandir* a criação de empregos no complexo agroexportador, tanto a montante quanto a jusante. Em outras palavras, dadas as limitações do capital humano, do capital financeiro e da infraestrutura das economias mais pobres e menores, restariam as vantagens comparativas do setor agroexportador para colocá-las na integração internacional.

Como qualquer modelo de desenvolvimento ou crescimento, o modelo agroexportador também é objeto de inúmeras críticas. A aplicação do modelo agroexportador em muitas áreas

da América Latina, da África e, em menor grau, da Ásia, já revelam graves constrangimentos ao desenvolvimento sustentável e social de longo prazo. Neste aspecto, é importante destacar que os “efeitos adversos” já se acumulam nas sociedades agroexportadoras, tanto no caso das culturas de exportação “tradicionais” (por exemplo, café, chá, banana, açúcar e algodão), bem como nas agroexportação mais recentes (por exemplo, soja, carne, frutas e vegetais e ração). As críticas mais contundentes estão em torno de três aspectos principais: 1º) a questão ambiental; 2º) a questão alimentar; e 3º) a questão socioeconômica (BROHMAN, 1996).

Na questão ambiental, desde a Segunda Guerra Mundial, a agricultura e a pecuária de exportação aceleraram “fortemente” a ocupação de novas fronteiras geográficas, ampliando de forma intensa a degradação de ecossistemas complexos (por exemplo, vegetações nativas) e de ecossistemas frágeis (por exemplo, áreas costeiras ou terras semiáridas). Os primeiros foram destruídos pela ação empresarial para a implementação de monoculturas extensivas exportáveis. Já os ecossistemas frágeis foram ocupados e danificados pelo deslocamento forçado de povos nativos e de pequenos agricultores/camponeses que foram “engolidos” pelas propriedades da monocultura exportável. Agora, depois de mais de 50 anos, é possível observar e mensurar os impactos ambientais, especialmente, na América Latina e na África (LOPEZ, 1992).

Na questão alimentar, ao mesmo tempo em que as culturas de exportação “tradicionais” e as “mais recentes” expandiram suas áreas ocupadas e cultivadas, a produção de alimentos básicos para atender o mercado interno estagnou ou declinou na maioria das economias mais pobres e menores dominadas pela agroexportação. Na realidade, segundo Brohman (1996), em muitas das principais zonas agrícolas do Sul do *globo*, foi quase totalmente suplantado. Ou seja, a menor produção de alimentos básicos frente aos produtos agroexportáveis colocou em risco a segurança alimentar de países mais pobres e menores. É claro que essa é uma questão política, já que a autonomia alimentar é um tema de soberania nacional. Assim sendo, a agroexportação *fragiliza*² o país exportador no longo prazo.

Na questão socioeconômica, o modelo agroexportador exige que as propriedades rurais concentrem terras (latifúndios) e realizem a exploração do trabalho. Isto quer dizer que a lógica das vantagens comparativas opera a partir da escala produtiva e, logo, agravam os problemas de polarização societária, bloqueando *frontalmente* a possibilidade de formação de modelos de desenvolvimento mais amplos (BROHMAN, 1996). O fato é que o modelo agroexportador não se baseia na diversificação econômica, mas na especialização produtiva para os mercados

² Algumas evidências revelam que a produção de alimentos básicos *in natura* (de baixo custo e em moeda local) é substituída pela oferta de alimentos processados e ultraprocessados (mais caros, menos saudáveis e *precificados* em moeda estrangeira, já que os maiores produtores de alimentos industrializados são multinacionais). Para mais informações, veja Brohman (1996) e Lopez (1992).

interno e externo. De um lado, um ou poucos produtos ocupam *gigantescas* extensões de terras, dando ênfase à monocultura. Do outro lado, os trabalhadores rurais ficam sem alternativas de trabalho³, sujeitos à poucos empregadores e à sazonalidade das safras de agroexportação.

Outro termo que contribui no entendimento do que é o modelo agroexportador é o da “Divisão Internacional do Trabalho” (DIT). A DIT refere-se ao comércio internacional e ao seu funcionamento a partir da especialização produtiva global. Isto quer dizer que regiões e países, dependendo da vocação natural e/ou dos incentivos recebidos, produzem de forma especializada um determinado produto ou algumas partes/fragmentos de uma “cadeia global de valor”. Na primeira situação, a DIT pode (até) incluir diferentes etapas produtivas na mesma região e país, enquanto que a segunda situação, reflete a “super-fragmentação” da DIT. Assim, em uma visão global, a DIT corresponde a uma especialização das atividades econômicas entre as distintas regiões e os distintos países do mundo (SANDRONI, 1999).

Na DIT, sobretudo, nas últimas três décadas, os países avançados especializaram-se em produtos e serviços sofisticados e de maior valor agregado no comércio internacional. Inclui o domínio de uma cadeia produtiva relevante - como a indústria das tecnologias digitais - e/ou a execução de uma parte relevante de uma “cadeia global de valor”. Enquanto isto, os países em desenvolvimento especializam-se em produtos e serviços menos sofisticados e de menor valor agregado no comércio internacional. Neste contexto, restam aos países em desenvolvimento, como o Brasil, os produtos e serviços com baixa tecnologia e/ou menor transformação como os produtos agropecuários e/ou os serviços manuais/artesanais. Em suma, a DIT provoca um sistema global de produção *fortemente* desigual (no que tange às relações de troca).

Recentemente, um relatório técnico da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD, 2021), revelou a “armadilha econômica” da correlação entre baixa capacidade tecnológica e alta dependência de *commodities*. Esta é uma realidade de $\frac{2}{3}$ das economias consideradas em desenvolvimento no mundo. Na prática, isto significa que os países em desenvolvimento por conta de suas limitações tecnológicas passam a depender da comercialização de produtos primários, o que deixa a maioria de suas populações mais pobres e mais vulneráveis. Segundo a UNCTAD (2021), um país que depende de *commodities* obtém pelo menos 60% de suas receitas de exportações de mercadorias de bens primários, como por exemplo, cacau, café, algodão, cobre, lítio ou petróleo.

Ainda, de acordo com o relatório da UNCTAD (2021), cerca de 95% dos países em desenvolvimento cujas economias eram dependentes de *commodities* nos anos 1990, continuam

³ Inclusive os trabalhadores rurais que migram para as cidades ficam sujeitos aos trabalhos urbanos precários, já que aumentam a reserva de mão-de-obra urbana, pressionando os salários para baixo (BROHMAN, 1996).

assim nos anos 2010. E, em alguns países, como é o caso do Brasil, tal “armadilha econômica” do modelo agroexportador parece ser um “destino” secular - ou seja, que acompanha o país e o seu desenvolvimento econômico desde a sua origem no século XV.

2 DO DESCOBRIMENTO AO SÉCULO XX: A ORIGEM E A CONSOLIDAÇÃO DO MODELO AGROEXPORTADOR BRASILEIRO

Quando os portugueses ancoraram em terras brasileiras, os fundamentos econômicos da ocupação territorial basearam-se na atividade extrativista do *pau-brasil* (SIMONSEN, 2005). Assim sendo, o *pau-brasil* era a principal conexão entre as terras brasileiras, os colonizadores portugueses e os mercados europeus. Esse período pode ser considerado o **1º ciclo econômico agroexportador** das terras brasileiras. De acordo com Simonsen (2005, p. 81), “a exploração do *pau-brasil* ocorreu nos primeiros anos do século XVI”, entre 1500 e 1532. Isto quer dizer que foram cerca de 32 anos de extrativismo exclusivo do *pau-brasil* no litoral brasileiro. Não havia outra atividade econômica, apenas a destruição da Mata Atlântica em busca de madeira e outros derivados (como materiais corantes).

Documentos históricos mostram que o extrativismo do *pau-brasil* durou mais de 200 anos; entretanto, seu auge durou menos de meio século. Aparentemente, a justificativa dada pela Coroa Portuguesa era de que “a renda do *pau-brasil* não representava 5% da receita total do erário público português [...]”, o que não dava nem para cobrir as despesas com a defesa das novas terras brasileiras e do comércio lusitano (SIMONSEN, 2005, p. 83). Neste contexto, os portugueses precisavam encontrar novos objetivos econômicos para as terras brasileiras, e políticas coloniais que fossem relevantes para o erário português. Além disso, o novo produto agroexportador precisava ser desejado pelos outros países europeus - além de indisponível em suas colônias - o que resultaria em um fluxo comercial regular e economicamente vantajoso.

As experiências portuguesas nas ilhas do Atlântico com a produção de açúcar já faziam algumas dezenas de anos. Os portugueses já dominavam as técnicas de produção, e tinham as indústrias de equipamento para os engenhos açucareiros. Além disso, o açúcar era a especiaria mais apreciada no mercado europeu naquela época. Tudo isto favorecia a chegada (com êxito) das empresas agrícolas açucareiras (FURTADO, 2003). Esse período pode ser considerado o **2º ciclo econômico agroexportador** do período colonial: o ciclo do açúcar. O ciclo açucareiro em terras brasileiras durou o século XVI, XVII, XVIII e XIX - entre 1535 e 1822. O auge do

ciclo do açúcar foi por volta de 1822, quando foram exportadas para a Europa mais de 5,2 milhões de arrobas de açúcar (SIMONSEN, 2005).

Foi o ciclo do açúcar que constituiu a base econômica para a implantação definitiva dos portugueses em terras brasileiras (SIMONSEN, 2005; FURTADO, 2003). Isto significou a mudança definitiva de populações europeias, o investimento de capitais nas engenharias dos engenhos e a importação/captura de milhões de escravos africanos⁴. Enquanto isto, o consumo de açúcar na Europa crescia consistentemente desde o século XVII, o que fez a especiaria se tornar o principal artigo do comércio internacional. Neste contexto, os portugueses tornaram-se, a partir das terras brasileiras, os maiores produtores e exportadores de açúcar naquela época. É importante frisar que Portugal exercia o monopólio sobre as terras brasileiras, limitando-as apenas aos produtos primários que complementavam a economia da metrópole.

Internamente e paralelamente ao sucesso da economia açucareira, a economia do Brasil colonial girava em torno da pecuária. Assim, o gado colonial exerceu um importante papel na formação unitária do território brasileiro, das zonas açucareiras até o sertão, do Sul até o Norte (SIMONSEN, 2005). Até esse momento, as manufaturas eram praticamente inexistentes e/ou restritas a poucos produtos de baixa relevância. Ou seja, a economia exportadora e a economia doméstica do Brasil colonial giravam em torno dos produtos primários. Em outras palavras, a forma de integrar as terras e as populações brasileiras com o resto do mundo (leia-se, Europa) eram exclusivamente pelo modelo agroexportador. Assim, a origem do modelo agroexportador brasileiro foi intencional e “forçado” pelos colonizadores portugueses.

Em meados do século XVIII, o mercado açucareiro português começou a enfrentar uma intensa concorrência das colônias francesas e inglesas (FURTADO, 2003). Agora, os mercados de produtos tropicais que abastecem os mercados metropolitanos/europeus estão disputados, e a agricultura tropical não seria capaz, naquele momento, de produzir outro milagre econômico similar ao do açúcar. Logo, em Portugal, compreendeu-se claramente que a única saída estava na descoberta de metais preciosos. A economia açucareira não se justificava mais do ponto de vista econômico, em razão dos custos de defesa das terras coloniais brasileiras por parte da Coroa Portuguesa. Neste contexto, inicia-se o **3º ciclo econômico agroexportador** do período colonial: o ciclo do ouro (SIMONSEN, 2005).

Geograficamente, a economia mineira colonial compreendeu uma vasta região que ia da Serra da Mantiqueira, atual Minas Gerais, até a região de Cuiabá, no Mato Grosso, passando pelo atual estado de Goiás (FURTADO, 2003). Em definitivo, o ciclo do ouro interiorizou a

⁴ Registros históricos revelam que o ciclo açucareiro foi o que mais usou escravos africanos, mais de 1,3 milhões de trabalhadores obtidos a partir do tráfico africano (SIMONSEN, 2005, p. 176).

colonização das terras brasileiras, criando novas redes de transportes para o interior e novos movimentos migratórios da metrópole para a colônia. No século XVIII, o ouro do Brasil deu o primeiro impulso para a formação de grandes estoques do metal nos tempos modernos. Isso contribuiu com o progresso mundial da época, enriqueceu a Inglaterra e permitiu, pelo menos, um século de fartura à Coroa Portuguesa. Novamente, os portugueses encontraram boas razões para permanecerem colonizando as terras brasileiras (SIMONSEN, 2005).

É importante destacar que em cerca de 70 anos de exploração intensa do ouro brasileiro - de 1700 a 1770 - a riqueza retirada neste período foi a mesma que se verificou no resto das Américas, entre 1493 e 1850 - ou seja, em três séculos de exploração. O auge do ciclo do ouro foi em torno de 1750-1760, quando a exportação de ouro para a Europa atingiu cerca de 2,5 milhões de libras (da época) (FURTADO, 2003). Naquele contexto, o Brasil apenas exportava o ouro para a metrópole ou trocava por produtos manufaturados. Dessa maneira, a lógica do modelo agroexportador permanecia ativa, mas naquela ocasião com o extrativismo mineral. O Brasil colonial permanecia limitado no seu desenvolvimento econômico, dependendo de seus colonizadores para a realização de atividades econômicas mais sofisticadas.

A partir de 1780, o ciclo do ouro entrou em rápido declínio (FURTADO, 2003). Isto quer dizer que o fluxo da renda proveniente da economia mineira já não alcançava os valores desejados pela Coroa Portuguesa. Mais uma vez, ressurgem os debates em Portugal sobre as opções econômicas para as terras brasileiras. Neste interregno, o passivo colonial, a *debacle* financeira/comercial e a instabilidade política resultaram em algumas transformações históricas no então Brasil colonial (SIMONSEN, 2005; FURTADO, 2003). Assim, em 1808, a “abertura dos portos” quebrou o monopólio comercial entre Portugal e o Brasil, permitindo a entrada de mercadorias oriundas de outros países europeus como: a Inglaterra. Esse episódio de caráter político deu autonomia econômica e comercial para o Brasil e, em alguns registros históricos, é visto como o “marco zero” do comércio exterior brasileiro.

É importante destacar também que, neste mesmo período, ocorreu a revogação de um alvará que existia desde 1785, em que era proibida a criação de manufaturas no Brasil colonial. Em seguida, em 1822, veio a separação definitiva de Portugal, e a independência do Brasil. O novo país passou a ter uma “relativa” independência econômica, e a liberdade necessária para avançar em outras atividades econômicas além do agroexportador. Mas, em 1827, um acordo com a Inglaterra manteve o Brasil “aprisionado” a um conjunto de produtos primários, como é visível na pauta de exportação a partir de 1777 (SIMONSEN, 2005, p. 465). Com o declínio do ciclo do ouro, o país passou a diversificar a exportação de produtos primários, com mais de 25 produtos, como algodão, açúcar, cacau, couro, *pau-brasil*, tabaco, etc.

A partir da metade do século XIX, começou a ganhar força no mercado internacional o café. As primeiras mudas de café chegaram ao Brasil por volta de 1720⁵, mas a sua produção comercial se intensificou a partir de 1820 (FURTADO, 2003). Já, nas décadas de 1830 e 1840, o café passou a ser produzido em larga escala e se tornou o maior produto primário exportado pelo Brasil. Começava então o **4º ciclo econômico agroexportador** brasileiro: o ciclo do café. Assim, a economia cafeeira dominou a pauta exportadora brasileira até o início do século XX. Para se ter uma ideia, entre 1921-1930, o café representava 69% da pauta de exportação do Brasil. Essa hegemonia econômica do café persistiu até a Revolução de 1930, quando Getúlio Vargas chegou ao poder e, estrategicamente, buscou industrializar o Brasil (PONTES, 2015).

Apesar da independência política do Brasil em 1822, a dependência econômica dos produtos primários permaneceu visível na pauta exportadora. Pelo menos até 1930 - com um pequeno interregno ao final do ciclo do ouro - o país sempre dependeu de um grande produto primário. E, a pauta exportadora como um todo, sempre dependeu de um conjunto de produtos primários, como o café, o açúcar, o algodão, peles e couros e borracha. Juntos, esses produtos chegaram a representar mais de 90% da pauta exportadora do Brasil, entre 1891/1900. Isto quer dizer que, do descobrimento das terras brasileiras até o começo do século XX, o Brasil implementou e consolidou o modelo agroexportador no país. Mesmo independente político e economicamente, e com a “abertura dos portos” para o mundo, o país continuou “aprisionado” ao extrativismo vegetal, ao extrativismo mineral, à agricultura e à pecuária.

3 A MANUTENÇÃO DO MODELO AGROEXPORTADOR NO SÉCULO XX E NAS PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XXI

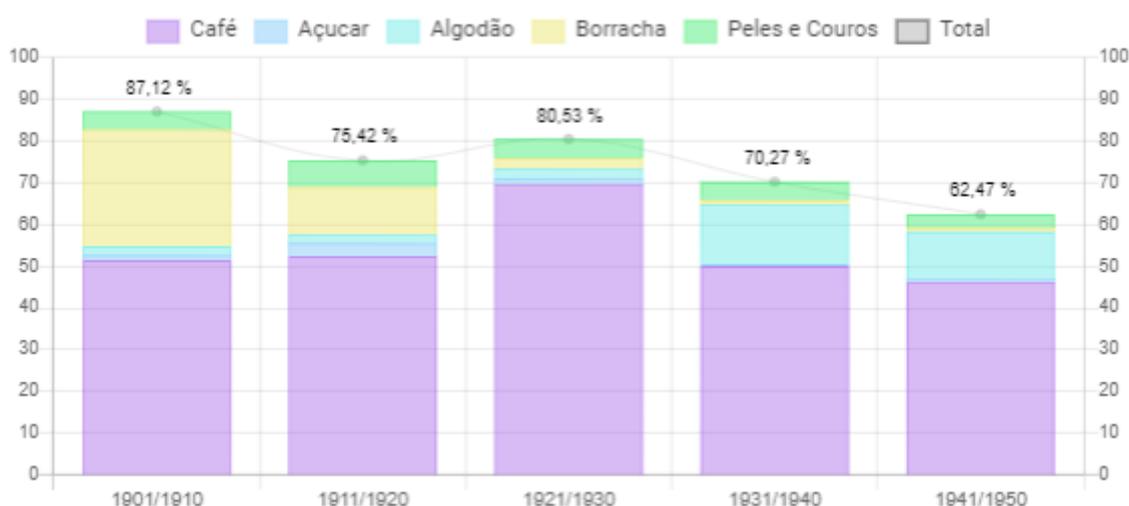
As primeiras três décadas do século XX, de 1901 até 1929, foram ainda marcadas pela hegemonia econômica do setor cafeeiro. O café dominava a pauta de exportação e, igualmente, o projeto de desenvolvimento e crescimento econômico interno do país. Com a crise de 1929, o setor cafeeiro brasileiro entrou em “colapso”, colocando em *xequê* todo o desenvolvimento brasileiro, dependente do modelo agroexportador. Esse momento de ruptura econômica criou condições para a “gestação” de um novo modelo de desenvolvimento voltado para o mercado interno, ou seja, baseado em um crescimento voltado para o nascimento e o fortalecimento da indústria nacional (FURTADO, 2003). Dessa maneira, o Brasil passou a implementar sua base industrial - movimento que durou até o final dos anos 1970 (IANNI, 1986).

⁵ Durante quase um século, as mudas de café no Brasil serviam essencialmente para o autoconsumo familiar.

Porém, a estratégia da industrialização da economia brasileira - de Getúlio Vargas até o último presidente do Regime Militar - buscava prioritariamente abastecer o mercado interno, a partir de uma política de substituição de importações. A implementação da indústria de base e da indústria de máquinas e equipamentos permitiu a ampliação do parque industrial de todas as outras indústrias de bens duráveis e de bens de consumo no território brasileiro. Registros históricos revelam que essas primeiras indústrias foram financiadas pelos cafeicultores - que estavam interessados em diversificar seus investimentos e, assim, superar a crise do café. No entanto, os investimentos em terras e em estruturas agrárias do café permaneceram até o início dos anos 1960, o que manteve a cafeicultura na liderança das exportações.

No Gráfico 1, é possível notar os principais produtos brasileiros exportados entre 1901 e 1950. Nas primeiras três décadas do século XX, o café cresceu e dominou as exportações. Já a partir de 1931 até 1950, o café continuou importante na pauta de exportação, apesar da sua redução relativa, passando de 69% (1921/30) para 46% (1941/50) das exportações brasileiras. Em outras palavras, o café continuou importante na política externa brasileira, e manteve no seu protagonismo a manutenção do modelo agroexportador na primeira metade do século XX. Observe ainda, na Tabela 1, que entre 1941 e 1950, o café, o açúcar, o algodão, as peles e os couros e a borracha representavam juntos em torno de 62% das exportações brasileiras. Apesar da industrialização neste período, o país ainda permaneceu agroexportador para o mundo.

Gráfico 1 - Principais Produtos Brasileiros Exportados, 1901 - 1950



Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC).Elaboração Própria

A partir dos anos 1960, a industrialização brasileira começou a dar “bons frutos”, gerando fortes mudanças estruturais na economia nacional. Isto quer dizer que a participação setorial da indústria ganhou destaque no PIB. É importante destacar que, até 1930, o PIB agrícola era em torno de 30-40% do PIB nacional. Nos anos 1970, o PIB industrial já era o dobro do PIB agrícola, invertendo a estrutura da economia brasileira. Contudo, apesar da relevância setorial da indústria na economia doméstica, o país ainda dava manutenção ao modelo agroexportador, como forma de obter divisas e se conectar ao comércio internacional. Na Figura 1, é possível observar que, de 1964 até 1979, o modelo agroexportador continuou operando sem rivais, já que as exportações de manufaturados/semimanufaturados permaneciam muito aquém (ALBUQUERQUE, 1977).

É no final da década de 1970 e começo dos anos 1980, que as manufaturas brasileiras aceleraram a sua participação na pauta de exportação, saindo de menos de 30% em 1976 para mais de 45% em 1980 (ver Figura 1). Neste contexto, vale notar que foi, apenas em 1979, a *primeira vez* que as exportações industriais superaram as exportações agrícolas (os produtos considerados básicos). Nos anos 1980, os manufaturados dominaram a pauta de exportação, atingindo em 1993, o seu auge de 60% da pauta exportadora brasileira. Claramente, o processo de industrialização das décadas anteriores, e todas as estratégias públicas de planejamento dos parques industriais nacionais surtiam efeitos positivos, agora, nas exportações. Assim, tivemos a primeira década no Brasil **sem** o funcionamento do modelo agroexportador.

Isso ocorreu também ao longo de toda a década de 1990. Os manufaturados continuaram liderando a exportação brasileira, com participação superior a 50%. Neste mesmo período, os produtos primários ficaram com participação inferior a 30% da pauta exportadora total. Essa foi a segunda década na história brasileira em que o modelo agroexportador não foi relevante. Contudo, a partir dos anos 2000, a exportação de produtos básicos voltou a crescer de maneira consistente (ver Figura 1), sobretudo, a partir de 2006. Paralelamente, a exportação de produtos manufaturados começou a declinar fortemente a partir de 2007. Em 2010, ocorreu mais uma vez a convergência (e o cruzamento das curvas na Figura 1) das exportações de manufaturas e básicos, ambos com cerca de 40% da pauta exportadora (LACERDA, 2010).

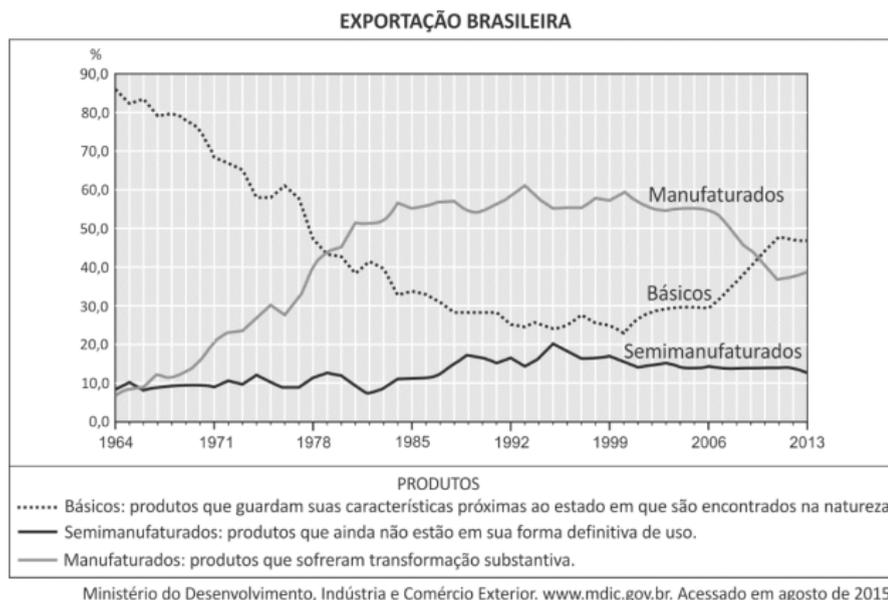


Figura 1 - Exportação Brasileira, por Produtos, 1964-2013

De 2010 em diante, aconteceu a reprimarização da pauta exportadora brasileira, ou seja, o modelo agroexportador voltou a ser protagonista nas exportações nacionais. Resumindo, os produtos primários *perderam* protagonismo na pauta exportadora por apenas 30 anos - de 1979 até 2009. Em toda a história brasileira, do descobrimento até o século XXI, esse foi o único período em que podemos afirmar que o modelo agroexportador não foi dominante. O auge e o declínio da indústria brasileira revelam que o país “ficou a reboque” dos comportamentos e das estratégias internacionais lideradas pelas grandes economias globais. Apesar do processo de industrialização, entre 1950-1970, o Brasil nunca estabeleceu protagonismo próprio e nem foi capaz de lançar diretrizes tecnológicas viabilizadoras de uma indústria *realmente* nacional.

A indústria brasileira sempre foi uma “filial” da indústria estrangeira, sem qualquer ou nenhuma autonomia para “sedimentar a cultura industrial” no país. Durante o crescimento e a modernização industrial, o país ficou dependente da chamada “Era de Ouro”, para implementar e financiar os parques industriais brasileiros. Durante o declínio e a desindustrialização, o país ficou à deriva das novas estratégias globais de produção e de fragmentação da industrialização. Além disso, a (nova) globalização, a expansão industrial da China e a revolução industrial 4.0 (re)modificaram radicalmente a estrutura produtiva e exportadora no país. E isso resultou em uma reprimarização da pauta exportadora brasileira, colocando o país mais uma vez como um grande fornecedor de produtos primários no comércio mundial (PIRES; SANTOS, 2013).

Desde 1994, no governo Fernando Henrique Cardoso, inúmeras medidas políticas foram adotadas privilegiando a exportação dos produtos primários como, por exemplo, a isenção dos impostos de exportação e o não-pagamento do ICMS. Além do mais, a partir de 1999, com a

adoção da política cambial flutuante, a desvalorização do real frente ao dólar deixou todos os produtos primários brasileiros muito mais baratos no comércio internacional. Soma-se a isso, a entrada da China, a partir de 2001-2002, no mercado global, demandando diversos produtos agropecuários e minerais para abastecer o seu crescimento econômico acelerado. Em menos de uma década, a China tornou-se o maior parceiro comercial do Brasil, e o maior comprador dos produtos primários brasileiros (em torno de 31% a 40% das exportações brasileiras).

A partir de 2006, as exportações brasileiras de produtos primários cresceram de forma acelerada, conforme notamos na Figura 1. Esse crescimento acelerado confirma a trajetória de reprimarização da economia brasileira, passando de 30% para cerca de 50% da pauta. Depois de 2010, ocorreu uma estagnação dos produtos primários na pauta exportadora, permanecendo entre 40%-50% dos produtos exportados pelo Brasil. Enquanto isso, os manufaturados caíram de algo em torno de 55% em 2006 (ver Figura 1), para apenas 25% da pauta exportadora em 2020 (IEDI, 2022). O fato é que independentemente da metodologia utilizada na análise das exportações brasileiras, os produtos básicos (sem qualquer processamento industrial) voltaram a dominar o comércio exterior brasileiro e a lógica do crescimento econômico nacional.

No Gráfico 2, confirmamos que, entre 2013 e 2018, as exportações de produtos primários ficaram entre 40,0% e 60,0% da pauta exportadora brasileira. Além disso, os dados do Gráfico 2 revelam uma concentração da pauta exportadora brasileira em poucos produtos primários, ou melhor, em apenas seis *commodities* (soja, petróleo bruto, minério de ferro, carnes, celulose, açúcar e café). Em 2018, esses seis produtos significavam 50,2% do total exportado pelo país, sendo a soja responsável por 17,0%, o petróleo bruto por 10,4%, o minério de ferro por 8,4%, a carne por 5,9%, a celulose por 3,4%, o açúcar por 2,7% e o café por 2,0%. Claramente, além da dependência dos produtos primários, o Brasil depende de poucas *commodities*, com uma pauta exportadora concentrada em poucos complexos produtivos (LAMUCCI, 2019).



fonte: Jornal Valor Econômico / Valor Data.

Grafico 2 -Pauta de Exportação Brasileira, por Produtos, 2000-2018

Isto quer dizer que o modelo agroexportador brasileiro baseia-se em poucos produtos primários (somente seis *commodities*) e poucos compradores (a China corresponde a mais de 34%, depois vem os EUA com 13%, a Argentina com 4% e os Países Baixos com 3%⁶). Logo, o modelo agroexportador contemporâneo é muito semelhante ao do período colonial, baseado em poucos produtos e poucos compradores (ver seção 2). Soma-se a isto, o fato prático de que o modelo agroexportador brasileiro domina praticamente todas as Regiões e todos os estados da Federação. Observe - na Figura 3 - que grande parte dos estados possuem como principal produto exportado: uma *commodity* mineral ou agrícola. Em suma, o modelo agroexportador está disseminado até mesmo nos Estados considerados mais industriais.

Dez estados brasileiros possuem a **soja** como principal produto exportado (*Rondônia, Tocantins, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, Maranhão, Piauí, Bahia, Paraná* e o *Rio Grande do Sul*). Um estado possui o **petróleo bruto** como o principal produto exportado em 2021 (*Rio de Janeiro*). Três estados têm o **minério de ferro** como principal produto na pauta exportadora (*Pará, Minas Gerais e Espírito Santo*). Dois estados apresentam as **carnes** como principal produto exportado (*Distrito Federal e Santa Catarina*). Dois possuem o **açúcar** como principal produto na pauta exportadora (*Alagoas e São Paulo*). Além destes, o *Amapá* tem o **ouro** como principal produto exportado e o *Acre* tem as **castanhas e cocos**. Resumindo, das 27 unidades da Federação, 20 possuem produtos primários ou básicos como o mais importante na pauta exportadora estadual (ver Figura 2).

Apenas oito estados da Federação possuem como principal produto exportado aqueles considerados semimanufaturados e manufaturados. No Norte, o *Amazonas* tem como principal produto da pauta exportadora os produtos e preparações alimentícias e *Roraima* os preparados e embutidos de carne. Já, na Região Nordeste, o *Ceará* tem como principal produto exportado os semiacabados de ferro ou aço, o estado de *Sergipe* tem os sucos de frutas, os estados de *Pernambuco* e *Rio Grande do Norte* os óleos combustíveis de petróleo e a *Paraíba* tem como principal produto da pauta exportadora os calçados. Esses dados de 2021 revelam que não são as regiões mais ricas do Brasil, como o Sudeste, que apresentam na pauta de exportação como principais produtos estaduais os semimanufaturados e os manufaturados.

⁶ Ver Rodrigues e Barbosa (2021).

Campeões de vendas

Principais produtos exportados por cada Estado

Norte	Produto	Valor (em US\$ milhões)	Sudeste	Produto	Valor (em US\$ milhões)
Amazonas	Produtos e preparações alimentícias	168,8	Minas Gerais	Minério de ferro e seus concentrados	17.032,40
Pará	Minério de ferro e seus concentrados	20.680,60	São Paulo	Açúcar de cana	4.419,20
Roraima	Preparados ou embutidos de carne	40,2	Rio de Janeiro	Óleo bruto de petróleo	21.688,60
Amapá	Ouro	142,2	Espírito Santo	Minério de ferro e seus concentrados	3.079,90
Acre	Castanhas e cocos	11,1			
Rondônia	Soja	653,4			
Tocantins	Soja	1.268,30			
Centro-Oeste	Produto	Valor (em US\$ milhões)	Sul	Produto	Valor (em US\$ milhões)
Mato Grosso	Soja	10.215,20	Paraná	Soja	4.421,30
Mato Gr. do Sul	Soja	2.225,40	Santa Catarina	Carne de frango, fresca ou congelada	1.439,50
Goiás	Soja	3.027,60	Rio Gr. do Sul	Soja	5.977,70
Distrito Federal	Carnes de aves, frescas ou congeladas	84,9			
Nordeste	Produto	Valor (em US\$ milhões)			
Maranhão	Soja	1.190,70			
Piauí	Soja	624,5			
Ceará	Produtos semiacabados de ferro ou aço	1.383,50			
Rio Gran. do Norte	Óleos combustíveis de petróleo	171,2			
Paraíba	Calçados	47,8			
Pernambuco	Óleos combustíveis de petróleo	482,4			
Alagoas	Açúcar de cana	333,8			
Sergipe	Sucos de frutas	272*			
Bahia	Soja	1.826,00			

Fonte: Comex Stat/Secretaria de Comércio Exterior. * O principal produto nos registros -- gás natural liquefeito -- é uma devolução do excedente importado pelo Estado. ** Dados de janeiro a novembro de 2021

Fonte: Jornal Valor Econômico / Valor Data.

Figura 2 - Principais Produtos Exportados, por Estado da Federação, 2021

Apenas oito estados da Federação possuem como principal produto exportado aqueles considerados semimanufaturados e manufaturados. No Norte, o *Amazonas* tem como principal produto da pauta exportadora os produtos e preparações alimentícias e *Roraima* os preparados e embutidos de carne. Já, na Região Nordeste, o *Ceará* tem como principal produto exportado os semiacabados de ferro ou aço, o estado de *Sergipe* tem os sucos de frutas, os estados de *Pernambuco* e *Rio Grande do Norte* os óleos combustíveis de petróleo e a *Paraíba* tem como principal produto da pauta exportadora os calçados. Esses dados de 2021 revelam que não são as regiões mais ricas do Brasil, como o Sudeste, que apresentam na pauta de exportação como principais produtos estaduais os semimanufaturados e os manufaturados.

Sintetizando, na Figura 4, confirmamos o avanço das *commodities* nos últimos quatro anos e, especialmente, durante o período pandêmico. De 2018 até 2021, os produtos primários ficaram acima de 60% dos valores exportados pelo país. Em 2020 e 2021, anos da pandemia da COVID-19, as exportações das *commodities* atingiram, respectivamente, 67,5% e 69,7% do total da pauta exportadora brasileira. Ou seja, quase 70% do que o país exportou no ano passado, em 2021, refere-se a produtos básicos ou primários. A Figura 4, confirma mais uma vez, a forte concentração das exportações em poucos produtos, ou melhor, em poucos produtos básicos, a saber: soja, minério de ferro e petróleo bruto. Em 2021, esses três produtos básicos representaram 43,8% das exportações brasileiras (WATANABE, 2021).

Gráfico 3 - Fatia de exportação da commodities do embarque total, de janeiro a setembro de cada ano

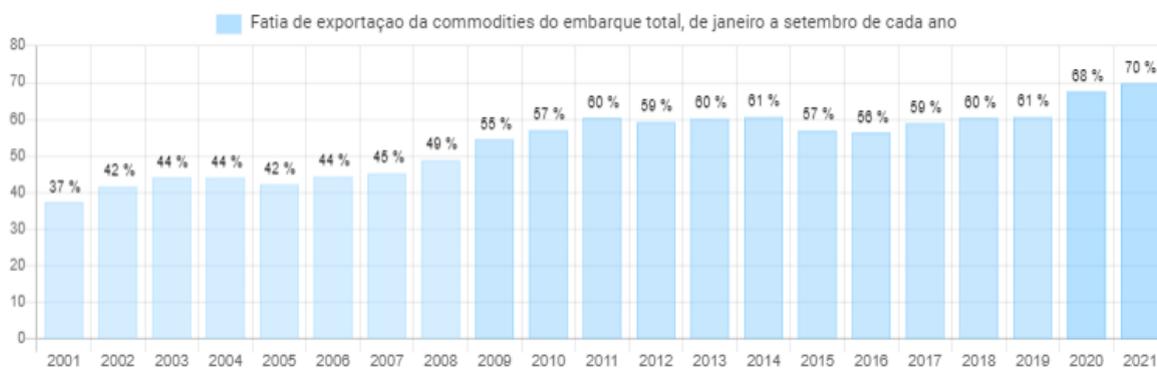


Gráfico 4 - Participação de bens da indústria de transformação na exportação de commodities de janeiro a setembro de cada ano

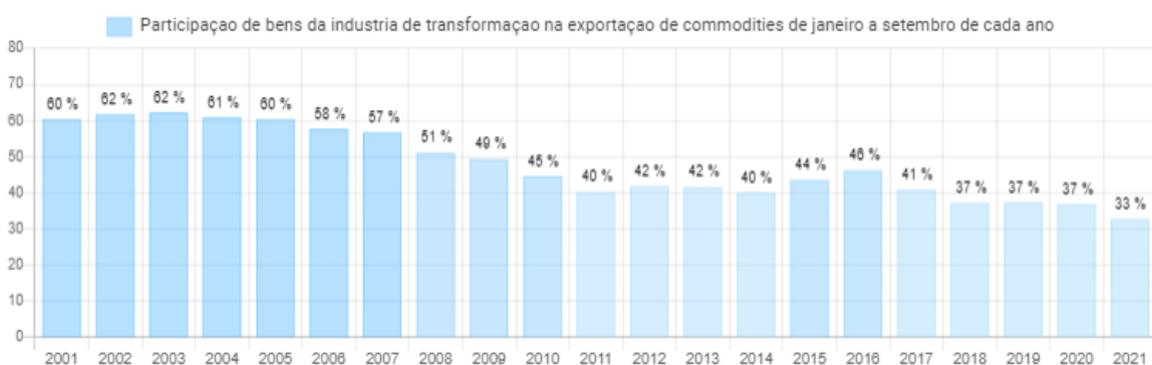
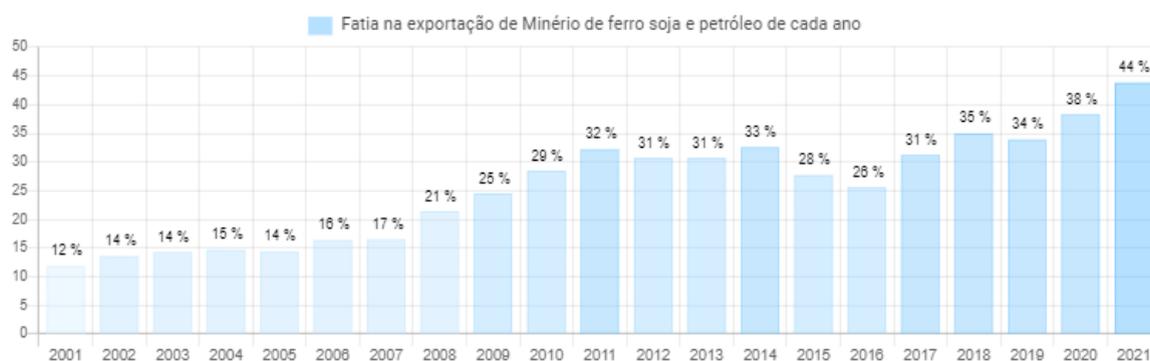


Gráfico 5 - Fatia na exportação de minério de ferro, soja e petróleo de cada ano



Fonte: ICOMEX retirado do Jornal Valor Econômico / Valor Data. Elaboração própria

Os dados dos Gráficos 3 e 4 revelam uma trajetória de duas décadas de ascensão dos produtos primários e de declínio dos produtos industrializados. Os gráficos em que as “*commodities* ganham espaço” e “os industrializados perdem fatia” se inverteram nas suas extremidades. Em 2001, os industrializados representavam 60,4% das exportações no Brasil, enquanto que as *commodities* somente 37,4%. Já, em 2021, os industrializados recuaram para 32,8% das exportações brasileiras, e as *commodities* cresceram para 69,7%. Assim sendo, tais dados confirmam uma *reprimarização* das exportações brasileiras e uma *desindustrialização* da economia nacional. Enquanto o país **exporta** cerca de 70% de *commodities*, **importa** cerca de 80% de manufaturados (IEDI, 2022; OREIRO; FEIJÓ, 2010; LOPES; MOREIRA, 2015).

É visível que, em pleno século XXI, o Brasil permanece “aprisionado” na “armadilha econômica” descrita pela UNCTAD, em que a baixa capacidade tecnológica resulta em uma alta dependência de *commodities*. (UNCTAD, 2021). Neste cenário, o país preenche o requisito de obter pelo menos 60% de suas receitas de exportações de mercadorias de bens primários, como petróleo, minério de ferro e soja. Esta é a política econômica do atual governo federal que, desde 2019, aposta nas *commodities* minerais e agrícolas como vetor de crescimento e de desenvolvimento econômico. Recentemente, o Ministro da Economia, Paulo Guedes, afirmou que “[...] o Brasil é uma potência mineral e agroambiental, e vai fazer, na verdade, do ponto de vista econômico, um aprofundamento destas cadeias produtivas”⁷.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo revelou que o modelo agroexportador brasileiro implementado no período colonial permanece até os dias atuais. Mudaram os produtos primários, os países compradores e os volumes financeiros, mas permaneceu a lógica de dependência de *commodities* minerais e agropecuárias como vetor de crescimento e desenvolvimento nacional. Entre 1500 e 2021, ocorreu apenas um “intervalo” de 30 anos neste modelo agroexportador; entre 1979 e 2009, os produtos semimanufaturados e manufaturados dominaram a pauta exportadora brasileira (ver as Figuras 1 e 4). Isto quer dizer que o modelo agroexportador brasileiro dominou sem rivais por 491 anos de história do Brasil. Atualmente, a lógica agroexportadora segue sendo exaltada pelas autoridades políticas e econômicas do atual governo como “uma vocação do país”.

A questão é que, conforme relatório da UNCTAD, tal modelo de desenvolvimento e crescimento econômico é frágil e pouco lucrativo, além de incapaz de solucionar inúmeros

⁷ Declaração dada por Paulo Guedes na cerimônia de lançamento do Plano Nacional de Fertilizantes 2022-2050, em 11 de março de 2022.

problemas socioeconômicos, como a pobreza e o desemprego (UNCTAD, 2021). Contudo, a experiência internacional confirma que “a dependência de *commodities* é um estado difícil de mudar”, especialmente, no curto prazo. Neste sentido, o caso brasileiro revela um conjunto de complexidades que atestam o “enraizamento” do modelo agroexportador no funcionamento da economia nacional. A *reprimarização* das exportações, a *desindustrialização* da economia como um todo e a dependência estrangeira dos industrializados ratificam tal “enraizamento histórico” (UNCTAD, 2021).

É notório que o Brasil depende crescentemente da agroexportação desde 2009. Os dados revelam a concentração das agroexportações em poucos produtos, e para poucos países (LAMUCCI, 2019; WATANABE, 2021). Além disso, boa parte das regiões do país ratificam o modelo agroexportador em nível regional e estadual. E, como reverter tal dependência do modelo agroexportador? Segundo especialistas da UNCTAD, os casos internacionais também revelam que é fundamental o país investir no longo prazo em educação, tecnologia e inovação, para assim desenvolver um modelo de comércio mais lucrativo e especializado. O modelo agroexportador não é uma “sina” ou uma vocação natural dos países, mas uma escolha política e econômica de seus líderes (UNCTAD, 2021).

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, Marcos. **Quatro séculos de História Econômica Brasileira**. São Paulo: McGraw-Hill. 1977
- BROHMAN, J. The agroexport model and nontraditional exports in Central America: Déjà Vu or Something New? **Yearbook. Conference of Latin Americanist Geographers**, Vol. 22 (1996), pp. 1-16.
- FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. 32^a ed. São Paulo: Editora Nacional, 2003.
- IANNI, O. **Estado e Planejamento Econômico no Brasil**. 4^a Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986.
- IEDI - Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial. **Carta IEDI: 1122 - O Brasil à margem: exportações globais de manufatura em 2020**. IEDI: 7 jan. 2022. <iedi.org.br/cartas/carta_iedi_n_1122.html>. Acesso em: 09 jan. 2022.
- LACERDA, Antonio *et al.* **Economia Brasileira**. 4^a edição. Editora Saraiva, 2010.
- LAMUCCI, S. Sete commodities concentram 50% das exportações. **Jornal Valor Econômico**: 11 fev. 2019. <<https://valor.globo.com/brasil/coluna/sete-commodities-concentram-50-das-exportacoes.ghtml>>. Acesso em: 30 jan. 2022.
- LOPES, R. C.; MOREIRA, M. J. Reprimarização da economia brasileira e suas raízes no subdesenvolvimento. **Anais do Seminário de Pesquisa e Pós-graduação, Ensino e Pesquisa do CCSEH-SEPE**. Universidade Estadual de Goiás, 26-28 agosto de 2015.

LOPEZ, R. Environmental degradation and economic openness in LDCs: The poverty linkage, **American Journal of Agricultural Economics** 74: 1138-1143, 1992.

OREIRO, J. L.; FEIJÓ, C. A. Desindustrialização: conceituação, causas, efeitos e o caso brasileiro. **Brazilian Journal of Political Economy** 30 (2), jun. 2010. <<https://www.scielo.br/j/rep/a/rLLpcPDRQVXPj5BskzHqLqx/?lang=pt>> Acesso em: 20 jan. 2022.

PINTO, Agerson. **Aspectos Políticos da Crise do Modelo Agro-exportador e as Relações de Classe no Brasil**. Revista Ciências Sociais Volume III, nº 2. p. 123-145, 1972

PINTO, Virgílio. **O Ouro Brasileiro e o Comércio Anglo-Português: Uma Contribuição aos estudos da economia atlântica no século XVIII**. São Paulo: Companhia Editorial Nacional, 1979

PIRES, M. J. S. ; SANTOS, G. R.. **Modelo Agroexportador, Política Macroeconômica e a Supremacia do Mercado: Uma visão do Modelo Brasileiro de Exportação de Commodities**. Texto para Discussão 1817. IPEA: Brasília, 2013.

PONTES, F.. **A revolução de 1930 e a Industrialização na Era Vargas (1930-1939)**. 2015. p 1-60. Monografia de Bacharelado. Instituto de Economia. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: 2015.

RICARDO, D. **Princípios de Economia Política e Tributação**. São Paulo, Abril Cultural, 1982.

RODRIGUES, D; BARBOSA, M. **Ásia foi destino de quase metade das exportações brasileiras no 1º semestre**. Poder360: 01 ago. 2021. <<https://www.poder360.com.br/economia/asia-foi-destino-de-quase-metade-das-exportacoes-brasileiras-no-1o-semester/>>. Acesso em: 15 jan. 2022.

SANDRONI, P. **Novíssimo Dicionário de Economia**. São Paulo: Editora Best Seller, 1999.

SIMONSEN, R. **História Econômica do Brasil, 1500-1820**. 4ª ed. Brasília: Editorial do Senado Federal, 2005.

UNCTAD - United Nations Conference on Trade and Development. **Escaping from the Commodity Dependence Trap through Technology and Innovation**. Commodities & Development Report 2021. Geneva, United Nations, 2021.

WATANABE, M. Commodities aproveitam o preço e são 70% da exportação. **Jornal Valor Econômico**: 13 out. 2021. <<https://valor.globo.com/brasil/noticia/2021/10/13/commodities-aproveitam-preco-e-sao-70-da-exportacao.ghtml>> Acesso em: 15 fev. 2022.